

COOPERATIVISMO E CONVIVÊNCIA COM A SECA: O CASO DA COOPAPI NO RN

Antonio Caubí Marcolino Torres

Graduado em Geografia/UERN

caubitorres@hotmail.com

Ronimeire Torres da Silva

Graduanda em Agronomia/UFERSA

ronyapodi@hotmail.com

Maria Rosineide Torres Marcolino

Graduada em Pedagogia/UERN

rosiapodi@hotmail.com

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo de caso da experiência da Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável (COOPAPI), localizada no município de Apodi, estado do Rio Grande do Norte. O estudo ocorrerá a partir da análise das alternativas de convivência da cooperativa com a seca a fim de promover o desenvolvimento rural sustentável, com geração de trabalho e distribuição de renda para os cooperados. Como metodologia, usou-se os métodos qualitativos e quantitativos. A partir das entrevistas transcritas discorreu-se acerca da história da fundação da cooperativa, além de analisar as ações no campo de alternativas de convivência com a seca. Essas ações desenvolvidas pela cooperativa têm importância no fortalecimento da agricultura familiar, na economia solidária e nos processos de empoderamento das famílias, o que vem a contribuir com a geração de oportunidades de trabalho e renda no campo e conseqüentemente a redução do êxodo rural. A dinâmica da autogestão praticada pelos agricultores familiares sócios da COOPAPI tem construído processos internos de gestão social com agricultura sustentável se apropriando dos princípios de economia solidária em que considera o homem como parte do meio que necessita cuidar do mesmo para ser cuidado.

Palavras-chave: Cooperativismo. Agroecologia. Seca.

Abstract:

This paper aims to conduct a case study of the experience of the Cooperative Potiguar Beekeeping and Sustainable Rural Development (COOPAPI), located in the municipality of Apodi, state of Rio Grande do Norte. The study will take place from the analysis of alternative cooperative coexistence with drought to promote sustainable rural development, generating employment and income distribution to their members. The methodology used is the qualitative and quantitative methods. From the interviews transcribed spoke up about the history of the founding of the cooperative, and examine the actions in the field of alternative living with drought. These actions developed by the cooperative are important for the strengthening of family farming, craft economy and the process of empowerment of families, which is contributing to the generation of employment and income opportunities in the field and consequently reducing the rural exodus. The dynamics of self-management practiced by farmers COOPAPI partners have built internal processes of social management with sustainable agriculture appropriating the principles of solidarity economy that considers man as a part of the environment that need to take care of it to be careful.

Keywords: Cooperative. Agroecology. Drought.

1 Introdução

Tanto o combate à seca quanto a convivência com o semiárido vinculam-se a visões de mundo que orientam os conhecimentos e práticas dos atores sociais, influenciando a formulação e execução de políticas públicas no semi-árido

O Nordeste surge como a “terra das secas”, merecedora de atenção especial do poder público. A institucionalização das secas no final do século XIX, com o “auxílio aos flagelados” na seca de 1877-1879 e das primeiras obras contra a seca, torna-se um poderoso instrumento regionalista para unificação do discurso de grupos políticos dominantes do “Norte”, na conquista de espaços no Estado republicano, comandado pelas oligarquias do Sudeste

Em Geografia da Fome, Josué de Castro denuncia que a seca foi feita vilã do drama nordestino, acobertando as formas dominantes da exploração econômica que criaram e reproduziram a concentração das riquezas e do poder político, gerando miséria e dependência de milhares de sertanejos. A concentração fundiária e a exploração da mão-de-obra dos sertanejos têm destaque na explicação da manutenção da miséria na região semi-árida.

2 Objetivo

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo de caso visando analisar a experiência da Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável (COOPAPI), no município de Apodi, no Rio Grande do Norte, a partir da análise das alternativas de convivência com a seca, como promotora do desenvolvimento rural sustentável, com geração de trabalho e distribuição de renda.

3 Metodologia

Para se proceder com a execução empírica deste trabalho, fez-se necessário um adequado amparo metodológico, que será suscitado.

Inicialmente, este, pautou-se nos métodos qualitativo e quantitativo. As possíveis inferências não são estatísticas e procura-se fazer análises em profundidade, obtendo-se até as percepções dos elementos pesquisados sobre os eventos de interesse (CAMPOMAR, 1991, p. 96).

Vieira (2005 apud LUDKE E ANDRÉ 1986) ao descrever as análises qualitativas como sendo caracterizadas por serem essencialmente descritivas, utilizando, com frequência, transcrições de entrevistas e de depoimentos e citações, que permitam corroborar resultados e oferecer alguns pontos de vista. Abordagem esta que auxiliou na realização de entrevistas e coleta de dados junto a direção da Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Sustentável (COOPAPI).

Realizou-se um estudo de caso a fim de analisar a experiência da COOPAPI, com sede no município de Apodi, estado do Rio Grande do Norte, como promotora do desenvolvimento rural sustentável. Para o estudo de dados utilizou-se a análise de conteúdo, uma vez que as informações prestadas pelos entrevistados foram confrontadas com a temática referente à seca no Nordeste. A partir das entrevistas transcritas discorreu-se acerca da história da criação da cooperativa, além de analisar as ações praticadas pela cooperativa no campo das alternativas de convivência com a seca.

4 O Nordeste e o fenômeno das secas

A região Nordeste conta com uma extensão de 1.539.000 km², que corresponde a 18% do território brasileiro. Abriga uma população de 45,5 milhões, equivalentes a 29% do total nacional.

Segundo Duarte(2000), a região produz cerca de 16% do PIB brasileiro e o seu PIB per capita corresponde a 56% do PIB por habitante do Brasil. Na região vive cerca de metade da população pobre do país. Apresenta uma grande variedade de situações físico-climáticas merecendo destaque a zona semi-árida, que, além da sua extensão de 882.000km² (cerca de 57% do território nordestino), é castigada periodicamente por secas. As secas podem ocorrer sob a forma de drástica diminuição ou de concentração espacial e/ou temporal da precipitação pluviométrica anual. Quando ocorre uma grande seca a produção agrícola se perde, a pecuária é debilitada ou dizimada e as reservas de água de superfície se exaurem. Nessas condições, as camadas mais pobres da população rural tornam-se inteiramente vulneráveis ao fenômeno climático. Historicamente, a sobrevivência daqueles contingentes de pessoas tem dependido, seja das políticas oficiais de socorro, seja do recurso à emigração para outras regiões ou para as áreas urbanas do próprio Nordeste.

O Sertão nordestino apresenta as menores incidências de chuvas, em âmbito nacional. A restrita presença de chuva nessa área é causada basicamente pelo tipo de massa de ar aliado ao relevo, esse muitas vezes impede que massas de ar quentes e úmidas ajam sobre o local causando chuvas. No sul do Sertão ocorrem, raramente, chuvas entre outubro e março, essas são provenientes da ação de frentes frias com característica polar que se apresentam e agem no sudeste. As outras áreas do Sertão têm suas chuvas provocadas pelos ventos alísios vindos do hemisfério norte.

No Sertão, as chuvas se apresentam entre dezembro e abril, no entanto, em determinados anos isso não acontece, ocasionando um longo período sem chuvas, originando assim, a seca. As secas prolongadas são oriundas, muitas vezes, da elevação da temperatura das águas do Oceano Pacífico, conhecido como El Niño, nos anos nos anos de sua ocorrência, o Sertão sofre com a intensa seca. A longa estiagem provoca uma série de prejuízos aos agricultores, como perda de plantações e animais, a falta de produtividade causada pela seca provoca a fome.

Para Josué de Castro, os problemas do Nordeste não resumem-se ao da seca em si. “Durante séculos, todos os problemas do Nordeste tinham sido reduzidos a um só grande problema: o das secas. O problema das secas considerado como fatalismo climático, contra o qual nada ou quase nada poderia fazer o homem. Daí o conformismo, a inércia, a ausência de quaisquer medidas tendentes a melhorar a situação das populações expostas ao flagelo. Só depois da seca de 1877, que segundo os anais da História matou de fome, de sede e de outros males epidêmicos, metade da população do Nordeste, é que o governo brasileiro tomou a iniciativa de realizar um plano, não de luta contra o flagelo da seca, mas de ajuda e de amparo aos flagelados da seca. Assim, foi criada a primeira Comissão Nacional de Estudos dos Problemas da Seca, que durante anos, de forma intermitente e bem pouco ordenada, dispensava uma vaga ajuda nas épocas de calamidades”.

Iniciam-se nesse período, ações de combate às secas, a maioria destinada a medidas paliativas que procuravam combater seus efeitos. Nesta época, ainda não se falava na idéia de convivência com a natureza semi-árida. Esta visão só pôde ser materializada a partir de autores importantes como o próprio Josué de Castro, Celso Furtado, Orlando Valverde, dentre outros de grande relevância. As idéias que antecederam esta visão entendiam o Semi-Árido como área que não deveria ser povoada por pessoas e sim destinada à pecuária extensiva e à lavoura canavieira.

O geógrafo, historiador e economista Manuel Correia de Andrade (1922 -2007) é uma das principais, senão a principal referência sobre a formação econômica do complexo nordestino.

Autor de obras como *A Terra e o Homem no Nordeste* (1963), e *A Questão do Território no Brasil* (1995), entre várias outras, Andrade adotou um enfoque que, partindo de aspectos ligados à constituição do território, buscou respostas aos problemas primordiais da formação econômica nordestina.

Segundo Guimarães Neto, Manuel Correia de Andrade em seu estilo de trabalho combina a geografia, a história e a economia na análise das unidades investigadas, explicitando as mudanças e as dinâmicas das estruturas produtivas e das relações de produção no interior de cada unidade geográfica. De fato, o que o autor elabora nos principais capítulos de sua obra é a história das relações dos homens com o seu ambiente natural, dos homens entre si no processo produtivo no uso dos recursos naturais e na busca de sua subsistência ou do processo de acumulação de capital.

A partir do movimento político que resultou na consolidação das ligas camponesas e dos sindicatos rurais, e da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que ocorreu uma intensa mobilização social liderada por comunistas, socialistas, católicos progressistas, estudantes, associações de trabalhadores, e que teve lugar um debate e uma grande demanda por interpretações sobre a realidade social, política e econômica da região.

A agricultura por si é uma atividade que gera bastantes impactos ao meio ambiente, seja em grande ou pequena escala; isso dependerá das técnicas e práticas que forem utilizadas para cultivar a terra. Em muitas localidades do semiárido, a degradação do ambiente tem início, por exemplo, com práticas agrícolas ineficientes que retiram a cobertura vegetal original do solo, deixando-o vulnerável aos processos erosivos.

5 Resultados

5.1 Descrevendo o Território Sertão do Apodi

O Território Sertão do Apodi abrange a área de 8.280,20 km², é composto por 17 municípios e está localizado na Zona Homogênea do Estado do Rio Grande do Norte, denominada Médio Oeste, no semi-árido nordestino. Caracteriza-se, de acordo, com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, por ser um território tipicamente rural, em razão da população total dos municípios serem inferior ou igual a 50 mil habitantes.

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Sertão do Apodi – PTDRS (2010) este território abrange uma das regiões potiguares de maior capital social, onde existem mais de 120 grupos produtivos, compreendendo associações, cooperativas, ONGs, sindicatos e assentamentos. Ainda no documento conta que o território possui 9.453 agricultores familiares, 2.860 famílias assentadas e 01 comunidade quilombola. O IDH médio é 0,63. Índice de condição de vida (ICV) 0,569 médio, índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) 0,363 nível crítico.

Apodi é o segundo município maior produtor de mel do país e destaca-se também pela diversidade de cadeias produtivas funcionando, desde a rizicultura, piscicultura, bovinocultura, caprinovinocultura e a cajucultura

O município dispõe de 45 estabelecimentos de ensino municipal, sendo 5 na zona urbana e 40 na zona rural; 01 instituto federal e 01 núcleo da Universidade do Estado do Rio

Grande do Norte. Para atendimento a saúde Apodi dispõe de 17 estabelecimentos com 85 leitos. As principais vias de acesso a BR 405 e a RN 233 (PTDRS, 2010)

5.2 Trabalho coletivo e economia solidária como alternativa de convivência

No Brasil, a economia solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc. Atualmente, a economia solidária tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de economia solidária) em todo o território brasileiro. Foram fortalecidas ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e foram criadas novas organizações de abrangência nacional.

O município de Apodi, no Estado do Rio Grande do Norte vem sendo referência no desenvolvimento das cadeias produtivas na Agricultura Familiar sobre a ótica da economia solidária. Este município tem um histórico ascendente de associações e movimentos sociais que resultou em um embrionário modelo do cooperativismo autêntico de base popular com a participação de jovens, mulheres e agricultores familiares.

A Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável – COOPAPI fundada em 03 de abril de 2004, fruto de um trabalho de base de 10 anos na Associação de Mini Produtores de Córrego e Sítios Reunidos (AMPC) e na Associação Apodiense de Apicultura (ASSAAP), na região Areia do município de Apodi, RN Juntamente com representantes de outros municípios do Oeste do Estado que atuavam no Fórum de discussões sobre as questões da apicultura, que foram Caraúbas e Severiano Melo.

Seus principais objetivos são desenvolver a apicultura e demais cadeias produtiva da agricultura familiar, lutar por assistência técnica, buscar investimentos e tecnologias de agregação de valor aos produtos para acesso aos mercados a nível local, regional, nacional e global. Atualmente conta com 263 cooperados, que produzem mel de abelha, amêndoa de castanha de caju, algodão em consórcio agroecológico com feijão, milho e gergelim e usam pomares produtivos e hortaliças. Veja o número de cooperados por municípios. Note que o município de Apodi conta com 68,8% dos cooperados da organização o que reforça a afirmação do grande número de envolvidos no município no que se refere ao trabalho coletivo.

Município	Nº de cooperados	%
Apodi	181	68,8
Campo Grande	4	1,5
Caraúbas	22	8,4
Governador Dix Sept Rosado	5	1,9
Itaú	10	3,8
Janduís	6	2,3
Lajes	1	0,4
Olho D'água dos Borges	2	0,8
Pau dos Ferros	3	1,1
Rodolfo Fernandes	1	0,4
Severiano Melo	16	6,1
Umarizal	12	4,6
Total	263	100,0

Quadro 01: Total de cooperados da COOPAPI por município.

Fonte: Fonte: Banco de dados da COOPAPI (2013)

As ações da COOPAPI ocorrem no sentido de fortalecer a economia local e solidária, buscando o acesso às políticas públicas. Como exemplo dessas o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), que oportuniza as famílias cooperadas, o acesso direto aos mercados locais e regionais e realizando a venda direta aos consumidores através das feiras de agricultura familiar em nível local, estadual e nacional.

As principais atividades da cooperativa são a articulação da produção, agregação de valor e comercialização de mel de abelha, castanha de caju e polpa de frutas com produção orgânica e agroecológica. Também se elenca o trabalho de educação contextualizada com projetos que propiciam formação, elevação da escolaridade e inclusão social e digital dos jovens, homens e mulheres nas comunidades da área de atuação da mesma.

A COOPAPI é administrada por um conselho de diretores eleitos a cada três anos em assembleias gerais e como forma de dinamizar suas atividades a cooperativa ainda conta com colaboradores responsáveis por cada um de seus departamentos: apicultura; cajucultura; artesanato; algodão educação.

O Departamento da Apicultura é o que conta com maior participação dos cooperados, pois Apodi é o maior produtor de mel do Rio Grande do Norte. A cooperativa conta com 01 unidade de beneficiamento de mel de abelha. Mais que renda, a apicultura tem sido responsável pelo reflorestamento da caatinga e conscientização da preservação ambiental.

Na cajucultura, temos os seguintes dados. De acordo com o IBGE (2009), Ceará e Piauí são os maiores produtores de castanha de caju do país. O Rio Grande do Norte é o terceiro produtor de castanha no Brasil, com crescente área explorada, sendo a mais importante atividade agrícola de sequeiro cultivada no estado. Em 2008 o RN produziu 42.593 toneladas de castanha

A partir de dados disponibilizados pelo IBGE, realizamos uma compilação para os municípios do Território do Sertão do Apodi. Analisando os volumes produzidos, verifica-se que a produção total em consonância com os valores totais do RN, sofreu uma queda nos anos de 2006 e 2007, mas com uma recuperação em 2008 e 2009. Veja no Quadro 02.

	Produção de Castanha de Caju por ano (Toneladas)				
	2007	2006	2005	2004	2003
Brasil	140.675	243.770	152.751	187.839	183.094
Rio Grande do Norte	40.408	47.862	41.675	38.898	29.089
Apodi	2.204	3.190	3.190	1.500	1.512
Campo Grande	330	550	600	901	20
Caraúbas	1.500	2.000	1.760	1.760	786
Felipe Guerra	12	20	25	15	51
Gov. Dix-Sept Rosado	93	170	165	43	43
Itaú	105	140	120	85	85
Janduís	2	2	1	1	1
Messias Targino	1	1	1	1	1
Olho-d'Água do Borges	8	11	4	3	3
Paraú	-	1	-	1	1
Patu	1	1	1	1	3
Rafael Godeiro	6	13	5	13	9
Rodolfo Fernandes	150	200	120	295	295
Severiano Melo	1.050	1.400	1.232	900	900
Triunfo Potiguar	45	65	38	32	32
Umarizal	30	40	48	6	7
Upanema	402	402	600	300	299
Total Território	5.939	8.206	7.910	5.857	4.048
% Produção do RN	14,70	17,15	18,98	15,06	13,92

Quadro 02: Produção de castanha por ano

Fonte: IBGE, 2009 (Produção agrícola municipal: lavoura permanente.)

No ano de 2005 o RN foi beneficiado com um projeto de implantação de 01 fábrica de beneficiamento de castanha de caju através do Programa Trabalho e Cidadania com recursos da Fundação Banco do Brasil (FBB) e apoio de parceiros como: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande do Norte (SEBRAE RN), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER/RN), Empresa Brasileira de pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN), Prefeituras Municipais e as comunidades. O projeto abrange 10 municípios no estado: Apodi, Severiano Melo, Caraúbas, Campo Grande, Portalegre, Assu, Macaíba, Touros, Pureza e Vera Cruz.

Esta ação fez parte do projeto de apoio a Cadeia Produtiva do Cajucultura no Rio Grande do Norte, através da estratégia do Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) da Fundação Banco do Brasil (FBB). Este projeto tem como objetivo principal fortalecer a base produtiva dos empreendimentos trabalhando a recuperação e implantação de novos pomares. Convém ressaltar, no entanto, que o mesmo tem foco na preocupação com a manutenção e preservação ambiental através da disponibilização de infraestrutura adequada para produção de mudas (viveiros comunitários) agroindústrias familiares para o beneficiamento de castanha, minifábricas de produção de ração animal e em algumas a produção de polpa de frutas. A Cooperativa Central da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte (COOAFARN) é responsável pela parte comercial do projeto e sua marca de Produtos é Terra Firme.

A proposta do “Projeto das Minifábricas de Castanha de Caju” do Rio Grande do Norte tem estimulado o aproveitamento das potencialidades locais e regionais considerando aquelas atividades econômicas mais significativas de cada território, observando suas

especificidades e a trajetória da atividade nos territórios. A ação ocorre no sentido de dotar os agricultores familiares de mais autonomia e mudar o padrão de negociação entre estes e as grandes indústrias processadoras, fazendo com que a negociação aconteça por meio das organizações coletivas, ou seja, associações, redes e cooperativas existentes. Outro alcance é a melhor rentabilidade econômica da cadeia produtiva e a inserção dos agricultores familiares a mercados, entre eles o institucional por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A atuação é norteadada pelo caráter institucional das cooperativas existentes, em especial a cooperação, o que contribui para o estabelecimento da confiança nas relações entre os agricultores familiares. A cooperação torna-se fundamental especialmente quanto ao pagamento diferenciado pela qualidade da castanha, no pagamento à vista e no fornecimento de serviços que possibilitem ao agricultor familiar ter a cooperativa como aliada nas suas atividades econômicas. A concepção do projeto prevê a noção de sustentabilidade por meio de intercâmbios de experiências exitosas entre agricultores familiares, líderes e técnicos, além do estímulo à comercialização acompanhada da melhoria de qualidade e apresentação dos produtos, e estes em conformidade com a legislação em vigor.

Através do bom andamento do projeto da cajucultura a cooperativa foi contemplada com a aprovação de 01 projeto de implantação de 01 unidade de beneficiamento de polpa de frutas que será mais uma alternativa de convivência sustentável no semiárido nordestino. Além de contribuir com o fortalecimento do cooperativismo na região Oeste do estado, o projeto tem como objetivo estruturar a cadeia da polpa de fruta no município de Apodi permitindo aos agricultores familiares agregação de valor aos seus produtos, garantir qualidade e validade as polpas produzidas; contribuir com equipamentos necessários para o funcionamento da cooperativa; propiciar assessoria técnica aos produtores de frutas e contribuir com a gestão da COOPAPI. O projeto visa atender com polpa de frutas, a merenda escolar dos municípios da Região Oeste do RN inserindo o produto no mercado regional via Cooperativa Central da Agricultura Familiar (COOAFARN).

Os agricultores familiares historicamente foram treinados somente para produzir, desenvolver suas atividades apenas da porteira para dentro da propriedade. Para fora dessa porteira, o acesso ao mercado sempre foi desenvolvido por outras pessoas. Atualmente, o desafio do setor é produzir e comercializar, proporcionando geração de ocupação e renda no campo.

Os cooperados convivem com o desperdício de frutas em um período do ano e com a falta em outro, pois a maioria da produção é sazonal a exemplo do caju. Com a implantação deste projeto a COOPAPI vai beneficiar cerca de 250 famílias (780 pessoas) destas, aproximadamente 430 mulheres esposas e filhas de cooperados que trabalham diariamente na produção e colheitas das frutas no município de Apodi/RN.

Os beneficiários terão participação efetiva na execução do projeto, dispondo a mão de obra para o funcionamento da agroindústria composta por cooperados e filhos de cooperados da COOPAPI e a matéria prima (caju, cajarana, manga, acerola, entre outras) será fornecida pelos os mesmo agricultores cooperados da região do Apodi/RN.

No departamento do artesanato convém registrar a história de um grupo de mulheres artesãs denominado Mãos Talentosas, surgido em 1994, que se reuniam inicialmente para discutir assuntos de interesse da comunidade, valorizando a importância da inserção feminina nas lutas por melhores condições sociais, sem deixar de lado a vocação ancestral que tinham para os trabalhos manuais. Desde então, as mulheres que atualmente compõem o “Mãos Talentosas” expandiram seus horizontes, procurando o aperfeiçoamento de suas habilidades através de cursos de formação, no qual puderam dar continuidade ao desenvolvimento de artesanatos únicos e ao preparo de deliciosos doces caseiros. O grupo produz e comercializa diversos tipos de produtos através da COOPAPI, como doces caseiros a base de frutas da

estação, preciosas bonecas de lã, coloridas colchas de fuxico, artesanatos caprichosos em palha de milho e carnaúba, e as famosas peças de crochê.

No departamento do Algodão deve-se registrar que a produção de algodão orgânico é fruto de outra parceria da COOPAPI com algumas organizações não governamentais como a DIACONIA, a Rede do Algodão do Nordeste, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Projeto Dom Helder Câmara (PDHC). Esta atua no Sertão do Apodi com assessoramento técnico voltado para a produção agroecológica. Nesta perspectiva o projeto além de resgatar uma cultura importante na economia regional também vem oportunizando a segurança alimentar e nutricional das famílias que produzem algodão consorciado com milho, feijão, gergelim e amendoim. A comercialização da pluma do algodão se dá através de contratos pré-estabelecidos para empresa de comércio justo que realizam parte do adiantamento para que os agricultores possam produzir, beneficiar (retirar os caroços que ficam para replantio e alimento para o gado) e comercializar a pluma já em fardo já adequado para fiação nas indústrias.

A cooperativa conta em seu quadro com uma equipe que está trabalhando a certificação orgânica através do Sistema de Controle, realizado pelos próprios agricultores e seus filhos, no qual a equipe local realiza os registros das propriedades, descreve práticas, realiza capacitação dos agricultores envolvidos com o objetivo de garantir acompanhamento técnico permanente. A avaliação de conformidades é feita através inspeção. Após todo este processo o órgão externo de certificação, neste caso o Instituto Biodinâmico (IBD), realiza conferência e emite o Certificado de Conformidade com a Lei dos Orgânicos. Essa dinâmica da agroecologia desempenhada pelos cooperados tem construído processos internos de agricultura sustentável respeitando os princípios da agroecologia. E o resultado almejado é a agregação de valor e a melhoria da qualidade dos produtos agrícolas presentes na alimentação escolar.

A certificação por auditoria (ou terceira parte) eleva muito os custos para os agricultores, havia pouco conhecimento a respeito da Lei Brasileira de Certificação Orgânica. Assim, criou-se um Sistema Participativo de Garantia da Conformidade Orgânica, onde cada comunidade inicia com a criação de um organismo de controle social (OCS) devidamente cadastrado e registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Com esse selo coletivo cada agricultor ou agricultora poderá comercializar seus produtos orgânicos em feiras e diretamente aos consumidores. Porém, pelo fato de um dos principais produtos deste grupo ser a castanha de caju, que necessita de beneficiamento para ser transformada em amêndoas necessitando de uma comercialização para além do local. A partir dessa necessidade, foi criada uma Organização Participativa de Avaliação da Conformidade orgânica (OPAC), a Associação de Certificação Orgânica Participativa do Sertão do Apodi (ACOPASA) que é formada por agricultores que tem por finalidade certificar as propriedade dos agricultores envolvidos na rede de atuação da produção agroecológica e orgânica da COOPAPI.

Quando se refere ao Departamento da Educação a COOPAPI também tem contribuição na formação de jovens do campo no processo de autogestão dos empreendimentos e agroindústrias familiares. Esta cooperativa também vem contribuindo com a inserção destes jovens na elevação da escolaridade e ingresso nas universidades além de contribuir com a inclusão digital e o fortalecimento da cultura local.

A COOPAPI juntamente com a AMPC possui conjuntamente 01 Estação Digital, onde ocorrem capacitações em informática básica e oportunidades de acesso a internet, digitação de trabalhos, apoio na gestão dos projetos. Nesta estação funciona o Projeto MIDEP (Modelo de Inclusão Digital para Empreendimentos Produtivos), onde são oferecidos cursos de informática dentro de uma perspectiva de se trabalhar os jovens dentro de sua realidade.

Como opção de lazer a COOPAPI conta com o Projeto Cinema para Todos. Este destaca o uso do cinema na vida dos moradores expondo a importância da apropriação dos conhecimentos da arte, da política, do meio social e da sua cultura. Os filmes interagem na sociedade de forma direta, além de incentivar no desenvolvimento de criatividade e na ampliação dos conhecimentos nas diversas áreas.

A cooperativa também tem atuação com apoiadora e parceira em uma Turma de 21 educandos ligada ao PROJÓVEM Campo Saberes da Terra, que tem a missão de oportunizar jovens de 18 a 29 anos de idade que já frequentaram as salas de aula normais e tiveram que abandonar-las por diversos motivos. Estes tiveram a oportunidade de retomar seus estudos e melhorar seu nível educacional.

As parcerias são estratégias bem utilizadas pela COOPAPI a exemplo do Programa Mulheres Mil do Governo Federal realizado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande (IFRN) em 3 (três) cursos: Curso de Qualificação Profissional em Produção de Derivados Apícolas, Qualificação Profissional em Corte e Costura: vestuários masculino e feminino e Processamentos de Frutos, totalizando 100 mulheres na primeira etapa do projeto. Destes 40 mulheres faziam parte da área de atuação da cooperativa e tem o objetivo de promover a inclusão social e econômica de mulheres desfavorecidas no nordeste e norte do país permitindo-lhe melhorar o seu potencial de mão-de-obra, suas vidas e as vidas de suas famílias e comunidades. A cooperativa é parceira do IFRN onde dá os cursos no projeto em 03 módulos: associativismo, cooperativismo, além do de comercialização e economia solidária.

6 Considerações finais

A COOPAPI faz parte de uma rede de organização, produção e comercialização e vem conseguindo gerar ocupação através da agregação de valor aos produtos da agricultura familiar e do acesso aos mercados locais, regionais e acesso a políticas públicas comercialização como PAA e PNAE e bases de serviço de apoio a comercialização.

As tomadas de decisões são coletivas e ocorre nas reuniões mensais e assembleias da cooperativa, onde percebe-se o empoderamento, participação e envolvimento dos membros da equipe com a causa e os desafios enfrentados pela cooperativa. No entanto alguns destes desafios são perceptíveis: a ausência da implantação de políticas públicas voltadas para a regularização sanitários dos produtos através de agroindústrias legalizadas que possam propiciar autonomia na comercialização de seus produtos.

A agricultura familiar mesmo sendo responsável por mais de 80% da produção de alimentos no país ainda sofre por falta de investimentos públicos, especialmente no âmbito do beneficiamento de produtos. Muito tem que se avançar com relação a acesso a mercados, geração de renda e melhorias da vida das famílias camponesas.

No tocante a comercialização a COOPAPI vem desde 2005, acessando o mercado institucional, seja PAA ou PNAE, essas operações têm sido fundamentais para o funcionamento da cooperativa, haja vista a mesma ainda não dispor infraestrutura adequada para o beneficiamento dos produtos em maior escala para acessar outros mercados. A tabela 1 demonstra as operações da COOPAPI com o PAA, por ano, produtos, total de agricultores e volume de recursos.

Tabela 01: Operações com PAA de 2005 a 2010

Ano	Produtos	agricultores	Valor das operações R\$
2005	mel	45	86.947,50
2006	mel e castanha	140	314.176,24

2007	mel, arroz	150	210.042,15
2008	mel e castanha	160	360.773,50
2009	mel	150	402.164,50
2010	mel	40	188.600,00
Total			1.562.703,89

Fonte: Banco de dados da COOPAPI 2005 a 2010

Convém por fim, afirmar que a cooperativa ao longo de sua trajetória vem buscando melhorias para seus cooperados e contribuindo assim para a busca de alternativas sustentáveis de convivência com os efeitos naturais e os criados pela seca.

7 Referências

ANDRADE, M. C. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

CAMPOMAR, M. C. **Revista de Administração**. Departamento de Administração, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. – v. 26, n. 3, p. 95-97, jul./set., 1991– São Paulo: EAD/FEA/USP, 1991.

CASTRO, J. **Sete Palmos de Terra e um Caixão: ensaio sobre o Nordeste – uma área explosiva**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967.

_____. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DUARTE, R. **Seca, pobreza e políticas públicas no nordeste do Brasil**. In: **POBREZA, desigualdade social y ciudadanía**, 2000. Disponível em:

<bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/pobreza/duarte.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2013

IBGE. **Censo agropecuário 1995-96**. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1998.

_____. **Produção agrícola municipal: lavoura permanente**. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2009.

NETO, W. G. **Política Agrícola e Modernização Econômica Brasileira 1960 -1980**. São Paulo, 1997.

PTDRS. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Sertão do Apodi**. Brasília: MDA/SDT, 2010.

VIEIRA, M. M. F. **Por uma Boa Pesquisa (Qualitativa) em Administração**. In: Marcelo Milano Falcão Vieira; Deborah Moraes Zouain. (Org.). **Pesquisa Qualitativa em Administração**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004, v. 1, p. 13-28.